



DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO

XX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Deputados,

Quero, nesta minha primeira intervenção, começar por saudar todas as Senhoras e Senhores Deputados, e nomeadamente o Senhor Presidente da Assembleia da República e a restante Mesa. A todos formulo sinceros votos de um mandato profícuo ao serviço dos Portugueses.

Sendo esta a “Casa da Democracia”, é sempre boa a ocasião para destacar com convicção os valores democráticos de respeito pela diferença e pelo contraditório que lhe subjazem, bem como o exercício concreto que nela fazemos



do espírito de pluralismo e de tolerância que os devem acompanhar.

Não ignoro que o começo desta nova Legislatura está marcado por decisões que rompem com algumas convenções parlamentares destes 40 anos de democracia, e não escondo, na minha condição de cidadão, a apreensão com que olho para as promessas de novas convenções que alguns partidos querem trazer para este mandato. Mas prefiro sublinhar, mesmo nesse contexto, a confiança que sempre me merecem as instituições maiores da nossa democracia representativa e o trabalho leal que nelas todos deveremos sempre desenvolver.

Mas a “Casa da Democracia” tem também de ser o palco privilegiado para assegurar, não apenas a representação e o confronto de ideias, mas ainda as condições de governo e da própria governabilidade, tendo presente que a separação de poderes não é contraditória com a responsabilidade pela geração e sustentação das soluções de governo. E é



importante que estas soluções, mais do que a base aritmética para sustentar a governação, tragam uma base identitária, coesa e credível, para conformar a ação do governo, conferindo-lhe a legitimidade em sentido substancial, que não meramente formal.

É precisamente essa base, coesa e credível, que como primeiro responsável do XX Governo Constitucional apresento hoje perante o Parlamento.

O Programa de Governo tem uma identidade política própria, que emerge do sufrágio ocorrido no passado dia 4 de outubro e do respeito pelo apoio popular que o programa eleitoral da coligação vencedora que suporta este Governo recolheu.

É natural que seja assim. Sabemos que a maioria relativa alcançada nas eleições não é, só por si, suficiente para conformar todas as escolhas que a ação do Governo deve compreender. Mas seria fraudulento que, por essa



contingência democrática, tivéssemos optado por alterar estruturalmente o programa com que nos apresentámos aos Portugueses. Uma coisa é a humildade com que devemos encarar o reforço do espírito de abertura ao diálogo e à negociação para procurar soluções de compromisso que os resultados eleitorais implicam. Coisa bem diferente seria trocar de programa e com isso defraudar e desrespeitar todos os que em Portugal nos escolheram para liderar o Governo do País. E isso nós nunca faríamos.

Tal como consta do preâmbulo do Programa de Governo, optámos, como se compreende facilmente, por não incluir à partida, unilateralmente, propostas ou linhas de orientação específicas defendidas por outras forças políticas, não por não estarmos abertos a debatê-las ou a considerá-las, mas pela decorrência lógica de que só as próprias forças políticas estão em condições de poder ajuizar o grau de relevância ou de prioridade de tais medidas ou orientações.



O Programa deste Governo é, portanto, fiel ao julgamento que os Portugueses fizeram do mandato do Governo que o precedeu, bem como às expectativas para futuro geradas pelos resultados que em conjunto alcançámos no final da anterior Legislatura.

É, por isso, importante recordar esse contexto de leitura compreensiva para iluminar as escolhas que somos agora chamados a fazer.

Quando, há quatro anos, fui pela primeira vez chamado a assumir as funções de Primeiro-Ministro, o País acabava de iniciar um longo e duro caminho de emergência financeira, económica e social.

Permitam-me que aqui recorde hoje as palavras que tive então o ensejo de proferir perante o hemiciclo na abertura da apresentação do Programa de Governo anterior.

«Os Portugueses sabem quão pesada a atual crise está a ser. Podemos vê-la e senti-la nos nossos familiares e amigos que



perderam o emprego, que foram forçados a fechar a sua empresa, que não conseguem obter financiamento a juros razoáveis, que deixaram de pagar a prestação do empréstimo que contraíram para comprar casa.

Vemos e sentimos nos nossos concidadãos, para quem as portas se fecham e os horizontes se estreitam.

Vemos e sentimos nos Portugueses que têm de partir para o estrangeiro e que antecipam dias menos felizes para os seus filhos.

Não são dias fáceis aqueles que vivemos. Há problemas profundos que reclamam urgentemente por uma solução. Há impasses antigos que têm de ser superados. Há bloqueios persistentes que precisamos de ultrapassar.

Nunca na história democrática do nosso País defrontámos tamanhos desafios.

Deixámos de poder escolher entre a resolução dos problemas de curto prazo e a resolução dos problemas de longo prazo.



Hoje é evidente que chegou o momento para se atacarem uns e os outros.

É neste contexto de grande incerteza e de angústia que o Governo inicia as suas funções.»

Recordo hoje o dramatismo e a excecionalidade que marcavam o quadro do início da anterior Legislatura porque me parece imprescindível vincar bem o contraste com o momento que vivemos hoje. A diferença entre o Portugal de 2015 e o de 2011 não está apenas na fronteira da bancarrota que deixámos para trás. Está sobretudo no facto de termos conseguido, coletivamente, superar o essencial das dificuldades extremas por que passámos sem deixar de ter sempre uma perspetiva de futuro que guiasse a nossa esperança em cada dia dos muitos dias das duras lutas que travámos.

O espírito que esteve na base da superação das dificuldades e da suplantação dos sacrifícios realizados pelos Portugueses



foi decisivo para o resultado de que partimos hoje. Um espírito resiliente de uma antiga Nação, que não desiste nem é complacente perante os problemas. Mas também um espírito de grande realismo e de moderação, que evitou males maiores e rejeitou radicalismos que teriam colocado em risco a nossa recuperação.

Hoje sabemos que outros países, colocados perante idênticos desafios e dificuldades, falharam nos seus propósitos justamente porque não foram capazes de exibir este espírito resiliente, realista e de moderação. Estão hoje, infelizmente, a braços com novos programas de resgate e mais exigentes desafios.

Portugal conhece hoje uma situação bem diferente. Tendo começado a inverter a tendência recessiva ainda no começo de 2013, desde 2014 que estamos a crescer em terreno positivo, com recuperação do investimento e do consumo interno, com contas externas positivas pelo terceiro ano consecutivo, com um setor exportador a representar mais de



43% do Produto Interno, com o desemprego a baixar para níveis inferiores aos que atingimos no início do Programa de Assistência em 2011 e, finalmente, com os principais indicadores de confiança e de clima económico no seu melhor de muitos anos. As condições de financiamento da economia, nela compreendendo o Estado, as famílias e as empresas, vêm convergindo consistentemente para valores que, atendendo ao nível de risco concreto, não diferem já significativamente dos que se verificam na generalidade dos nossos competidores europeus.

A completar este quadro, deve referir-se a tendência de desendividamento privado e público que se tem vindo a verificar, sendo que, no caso do Estado, nos encaminhamos a passo seguro para poder sair do Procedimento por Défice Excessivo, passando de contas públicas negativas de cerca de 11% em 2010 para um défice não superior a 3% este ano. E digo não superior não porque aqui não queira reafirmar a nossa convicção de que temos todas as condições para



registar um valor abaixo de 3%, mas porque me basta para o propósito enunciado citar a convergência de estimativas mais recentes de muitas das instituições independentes que têm acesso às nossas contas. Quer o Banco de Portugal, o Conselho de Finanças Públicas e a UTAO, no plano nacional, quer a OCDE e a Comissão Europeia, no plano externo, apresentam nas suas previsões ou admitem hoje claramente a possibilidade de que Portugal cumpra o seu compromisso de deixar de ter um défice excessivo.

Este resultado, que está ao nosso alcance, confere-nos um acréscimo de credibilidade e uma margem de flexibilidade na execução das políticas públicas que pode ser muito relevante nesta fase de recuperação. Demonstra que, apesar da incompreensão com que muitos políticos encararam, e alguns encaram ainda, o processo de consolidação das contas públicas, este processo é no entanto essencial para abrir um tempo de liberdade de escolha radicalmente



diferente na sua natureza, ainda que condicionado na sua extensão ou expressão quantitativa.

De facto, não pode ter sido mais míope e irrealista o debate que muitos quiseram travar nestes anos sobre a origem da austeridade e a sua oposição à política de crescimento. Na verdade, a austeridade nunca foi uma questão de escolha, mas sim uma necessidade. Nenhuma economia pode crescer sem financiamento e ninguém garante acesso a financiamento, e muito menos em condições minimamente adequadas, sem controlar o seu endividamento. Quando se atingem níveis não sustentáveis de despesa e de dívida, não só não há crescimento como há mesmo colapso económico e ameaça ao Estado Social. O grau de austeridade é, assim, determinado pelas circunstâncias concretas em que os credores avaliam a nossa capacidade para sustentar compromissos e em que os investidores acreditam nos resultados que vamos alcançando.



Para crescer sustentadamente e acabar com a ditadura financeira, que impõe a falta de escolhas, é preciso saber vencer a barreira da plausibilidade de boas contas públicas, honrando compromissos e pagamentos.

Bem sei que há quem, para disfarçar as más escolhas de cedência ao facilitismo de curto prazo e à necessidade de querer angariar mais apoio popular para as suas causas incompreendidas, tenha gostado nestes anos, como parece continuar a gostar agora, de atirar para o plano das preferências ideológicas as medidas duras impostas pelas reais restrições financeiras. Mas não nos deixemos equivocar. Não há nada de ideológico em assumir programas de ajustamento, como de resto alguns dos próprios sabem de lição de vida por eles mesmos vivida. Há é tudo de irresponsabilidade nas causas que lhes dão origem, e uma enorme diferença no impacto que a credibilidade das políticas podem ter para o seu desfecho favorável.



Assim também o grau de remoção de políticas austeritárias nem é uma escolha ideológica nem um resultado de voluntarismos bondosos. Deve corresponder, tanto quanto possível, às possibilidades de confiança que soubermos grangear entre parceiros e credores, assentes na estratégia de recuperação económica que conseguimos executar e na prudência e respeito pelos sacrifícios que os Portugueses realizaram.

Nenhum Programa de Governo digno desse nome pode assentar a sua pedra angular, e ainda menos a sua justificação política, na necessidade de impor escolhas que ameacem a recuperação que o País está a fazer ao remeter para o falso plano ideológico o que só deve ser equacionado dentro das condições realistas que enfrentamos.

Por esta razão, não só nos recusámos a fazer campanha numa espécie de leilão para saber quem remove mais depressa as medidas de austeridade, como nos mantivemos fiéis ao quadro que tínhamos apresentado no Programa de



Estabilidade deste ano, que prevê uma remoção progressiva dessas medidas em termos que são compatíveis com a recuperação económica e a consolidação das contas públicas e que conciliam a necessidade de recuperação de rendimentos com as possibilidades reais da economia.

O Programa de Governo que aqui apresento admite, claramente, a abertura para encarar um processo gradual mais rápido, mas quero enfatizar bem as razões por que não adiantámos uma programação diferente no começo da Legislatura.

Desde logo, se estamos a crescer e a gerar emprego, com recuperação de rendimentos, e sem agravar o endividamento externo, as escolhas de política pública devem ser sujeitas à prudência financeira no horizonte de médio e longo prazo de modo a não correr o risco de retrocesso económico que ameace a confiança. Dado o nível elevado de dívida pública, e ainda a um passo de ver reconhecido o estatuto de recomendação de investimento



pela generalidade das agências de notação financeira, é importante que os ganhos económicos e financeiros sejam arbitrados entre a necessidade de continuar o desendividamento e a recuperação de rendimentos. Ainda com um nível de dívida vulnerável, e enfrentando uma conjuntura externa tendencialmente menos favorável a médio prazo, uma opção demasiado condicionada pelas necessidades de satisfazer o presente terá um custo muito maior no futuro próximo.

Por esta razão, estou confiante de que as escolhas que agora propomos são aquelas que mais defendem os Portugueses e que melhor protegem a nossa capacidade para enfrentar contextos externos menos favoráveis, como é bem possível que se apresentarão mais cedo que tarde. É neste quadro que se tem justificado a prioridade ao pagamento antecipado de dívida ao FMI, por exemplo. No imediato, tais pagamentos podem obrigar-nos a maior esforço financeiro e a manter grande rigor no processo de consolidação, mas a



prazo garantem-nos menos despesa com juros e mais autonomia orçamental.

Quando se tem um nível de dívida pública superior a 100% do PIB não se deve ser complacente nas escolhas financeiras. Não é só o respeito pelas regras da União Económica e Monetária e pelo Tratado Orçamental que o impõem, é o nosso interesse estratégico nacional que o aconselha.

Seremos, pois, prudentes nesta como noutras matérias públicas em que o interesse nacional recomenda que se construa um caminho de recuperação segura. E se, como afirmei, as condições gerais de partida para este novo mandato se afiguram bem diferentes e melhores do que as que encontramos em 2011, também é certo que as vulnerabilidades associadas aos desequilíbrios que se geraram no passado, durante muitos anos, não desaparecem por passe de mágica nem por vontade proclamatória.



Por isso, um dos pilares deste Programa de Governo é a estabilidade. Estabilidade na recuperação do País e na proteção dos Portugueses.

O segundo pilar é a responsabilidade. Responsabilidade com que devemos encarar os resultados que coletivamente alcançámos e que devem merecer o respeito de todos os políticos e partidos políticos. Mas também responsabilidade para saber construir em cima desses resultados, em vez de desfazer o que já foi realizado e andar para trás.

Quer estejamos a falar de reformas tão importantes como as que realizámos nas áreas de soberania, como a Defesa, a Segurança ou a Justiça, ou em áreas predominantemente económicas e sociais, como o mercado laboral ou os mercados de produto, aqui incluindo a área da regulação, as privatizações e concessões de empresas ou de serviços públicos e ainda a diplomacia económica; ou como na saúde ou na educação, onde registámos respetivamente progressos decisivos para a sustentabilidade do Serviço Nacional de



Saúde e nos principais indicadores de saúde do País e alcançámos metas relevantes no declínio do abandono escolar e na extensão do ensino obrigatório de 12 anos. O importante hoje é não desperdiçar o trabalho realizado e o esforço dos Portugueses e ir além do que alcançámos, em vez de desperdiçar recursos e esforços a refazer o que foi feito.

Devemos, por isso, como já referi na posse do Governo, estabilizar e monitorizar as reformas estruturais já feitas, e iniciar um novo ciclo de reformas, tirando partido da maior flexibilidade que a autonomia política que reconquistámos nos traz.

Depois de executar o maior programa de reformas estruturais da nossa democracia, precisamos de dar tempo de consolidação a essas transformações para que possam dar todos os frutos que delas se esperam. E teremos de as avaliar e fazer os aperfeiçoamentos e correções que possam aumentar e distribuir melhor os seus benefícios.



Mas precisamos de completar o ciclo reformista em áreas que exigem instrumentos de reforma que não estavam disponíveis num contexto de profunda crise e ajustamento orçamental ou cuja oportunidade cedeu perante a urgência de prioridades mais prementes.

Em primeiro lugar, há que realçar a questão da demografia e a indispensabilidade de responder ao retrocesso demográfico que se verifica no nosso País desde há mais de três décadas. A inversão desta tendência é estratégica e sabemos que não é nem fácil nem rápida. Mas temos consciência de que é decisivo assentar a resposta em políticas públicas de natureza transversal e estrutural, que abarcam certamente questões de natureza sectorial marcadamente económica, social e cultural mas também, de forma muito específica, a questão da natalidade - e aqui pressupondo a necessidade de remover obstáculos à natalidade e o objectivo de construir uma sociedade e um Estado mais amigos das crianças e das famílias que lhes dão suporte e as acolhem.



Em segundo lugar, e tal como destaquei na posse do Governo, é preciso desenvolver um combate sem tréguas às desigualdades sociais. Não havendo contradição entre a redução das desigualdades e o reconhecimento dos méritos, não opomos a redução do fosso entre os mais ricos e os mais pobres à recompensa pelo trabalho e pela criatividade. Pelo contrário, é pela conciliação destes desígnios que se realiza a justiça social. Mas temos de confrontar as assimetrias sociais e territoriais, muitas vezes gritantes, que durante décadas se agravaram em Portugal. As desigualdades resultantes de privilégios injustificáveis continuarão a ser combatidas, como foram nos últimos 4 anos. É por isso que reafirmo o compromisso por uma economia aberta à participação de todos, e não apenas de alguns.

Mas queremos também que os frutos do crescimento económico e das crescentes possibilidades tecnológicas cheguem a todos, segundo a grande promessa democrática da mobilidade social. Isso implica uma redobrada aposta na



valorização das pessoas para quebrar os ciclos de pobreza endémica e integrar todos numa mesma sociedade de oportunidades. Supõe também a transmissão de qualificações reais para os nossos jovens, para que possam trabalhar, encontrar satisfação no seu trabalho e competir na economia global de igual para igual. Exige, por isso, uma nova geração de políticas sociais, com novas abordagens e soluções. Esse é o significado político do Programa de Desenvolvimento Social que iremos implementar e que pressupõe uma ação de defesa e reforço do Estado Social, no seu conjunto de políticas públicas e de parceria intensa com todo o setor solidário integrado na economia social.

Mas não esquecemos a reforma da Segurança Social, sobretudo quando olhamos para os sistemas previdenciais públicos, que exigem responsabilidade na tomada de decisão e forte determinação na construção de soluções que restaurem a confiança nos nossos sistemas de pensões sem alienar o contrato de gerações em que assentam e que



deverá ser preservado. Nessa medida, como várias vezes afirmei, é urgente que nos possamos entender quanto à necessidade de fazer convergir as medidas de curto prazo, que garantam um melhor e mais diversificado conjunto de fontes de financiamento da Segurança Social, com as soluções de médio e longo prazo, que garantam a sustentabilidade das pensões sem ser, como até aqui, à custa da adoção de medidas paramétricas que se traduzem na simples redução futura do seu valor.

Em terceiro lugar, há que fortalecer a competitividade da nossa economia como motor do desenvolvimento. Para isso é importante o crescimento do investimento e da produtividade, assentes na continuação da retoma da confiança dos investidores e numa política de inovação, de tecnologia e de investigação ao serviço da criação de valor. A expressão maior dessa política tem de estar traduzida na continuidade do crescimento das exportações e numa estratégia de reindustrialização que aposte na produção de



bens transacionáveis, trazendo uma economia cada vez mais aberta e capaz de disputar o mercado global. Por isso também é fulcral que se privilegie o equilíbrio na reposição de rendimento e do poder de compra das pessoas, cujo espaço de crescimento deve estar relacionado com a incorporação de valor e com os avanços registados na produtividade, ampliados pelo crescimento do emprego mais qualificado e pela geração de riqueza.

Em quarto lugar, teremos de iniciar uma nova fase da modernização administrativa. Queremos remover os obstáculos que ainda subsistem aos cidadãos, aos empreendedores e aos inovadores. Desburocratizar e descentralizar serão os princípios orientadores para levarmos mais longe a simplificação, a transparência e a eficiência das instituições públicas. Temos de reconhecer que há estruturas, práticas e procedimentos que já não se ajustam aos novos tempos, pelo que o seu reexame sistemático se impõe de modo a não deixar nada nem



nenhum procedimento por reavaliar na sua justificação ou alternativa. Com o apoio das tecnologias e com novas ideias, queremos facilitar a vida aos empreendedores, e não penalizá-los. Queremos acelerar os investimentos, e não atrasá-los. Como mencionei na posse do Governo, é o cidadão que deve estar no centro das políticas públicas e é o Estado que deve organizar-se em função do cidadão. Queremos, em suma, pôr o Estado ao serviço dos cidadãos, e não os cidadãos ao serviço do Estado.

O terceiro pilar do Programa de Governo é o compromisso. Compromisso com o projeto de construção de uma sociedade aberta e cosmopolita, assente em valores de solidariedade e de prosperidade, que enformam uma economia social de mercado baseada na iniciativa empreendedora das pessoas e na capacidade de regulação que combate os privilégios injustificados e promove a concorrência.



Compromisso também com o aprofundamento de um Portugal europeu e atlântico, seja enquanto parceiro ativo e respeitado no seio da União Europeia e membro fundador e participante da União Económica e Monetária e do Euro, seja enquanto actor empenhado e com história nas relações transatlânticas, tanto no seio da NATO como na dimensão de abertura ao mundo que a janela atlântica sempre representou para os Portugueses.

Este pilar de compromisso, estou certo, vai ao encontro dos profundos anseios da generalidade dos Portugueses e traduz, de forma cabal, o resultado saído das eleições de outubro passado, já que os deputados eleitos pelas forças partidárias que se identificam tradicionalmente com estes objectivos estratégicos significam uma maioria maior, maior certamente do que quaisquer outras geometrias que se possam agora anunciar.

De resto, o período que agora se inicia, subsequente ao fecho do difícil programa de assistência económica e



financeira e concomitante com a consolidação da recuperação económica e social, deveria merecer um especial espírito de compromisso entre as forças de matriz europeia, que sabem o quanto é crítico para os Portugueses fazer bom uso da prudência no cumprimento das regras e garantir uma reputação sólida entre os parceiros europeus e internacionais para gerar confiança e consistência na retoma do investimento e do emprego.

De facto, o esforço maior de superação de vontades que agora se exige de nós para dar um impulso irreversível à recuperação nacional e para derrotar fatalismos e velhos medos, tem uma natureza tão marcante quanto outros momentos históricos marcantes da nossa vida coletiva, como o foram a luta pela democracia política, social e económica ou a entrada na União Europeia.

E sendo este um tempo histórico relevante, um tempo portanto de desafio para todos e para cada um, deve-se exigir de todos os que se filiam nesta perspetiva histórica



uma especial responsabilidade e capacidade de compromisso, capacidade acrescida relativamente a outros tempos e a outros quadros eleitorais caracterizados por uma maior normalidade.

Nestes termos, a escolha que nos é dada neste tempo crucial é clara. A escolha entre o caminho das reformas seguras e graduais, de matriz europeia, assente numa representação democrática do mundo e na combinação da responsabilidade dos indivíduos e das instituições, onde asseguram papel central não apenas as forças partidárias mas também as próprias organizações da concertação social e as instituições de solidariedade social; e outro caminho, de um programa político imediatista e irrealista, assente no desejo do regresso à ideia de onnipresença do Estado e numa representação iliberal e anti-global do mundo, e que não garante a trajetória seguida nos últimos 30 anos relativamente ao nosso consenso europeu, antes o compromete, já que um programa como este dificilmente



deixaria de ser visto como uma ameaça à normalização das nossas contas públicas e aos progressos que na economia e na sociedade vão ligados a essa normalização.

A nossa escolha é clara e suficientemente simples para não precisar de laboriosas ou contorcidas explicações para que os Portugueses a entendam. Aliás, parece muito evidente que a escolha feita pelos Portugueses não deixa muitas dúvidas quanto ao caminho que desejam percorrer, e não são aqueles, como nós, que com ela se identificam e que respeitam essa vontade quem tem de se explicar melhor neste momento em que se discute o Programa de Governo, um Programa que concretiza o mandato recebido dos Portugueses e que reflete os seus anseios.

Estamos, aliás, numa fase crucial em que os políticos podem começar a reconstruir a relação de confiança com os cidadãos, ou, pelo contrário, podem desferir um golpe irreversível nessa relação. Neste sentido, assume um valor crítico incalculável a fidelidade ao sentido de voto dos



Portugueses, bem como a aceitação das regras e convenções da nossa Democracia, construídas ao longo de 40 anos de caminho comum que nem sempre foi fácil e que foi mesmo intenso em desafios contra-democráticos bem reais.

Estamos, assim, nessa fase crucial em que é devida a demonstração de que os políticos aprenderam com os erros do passado, e não estão disponíveis para os voltar a cometer pouco tempo depois da sua consumação - erros que são sempre os Portugueses a pagar com dificuldades e com frustração das suas expectativas.

Não ignoro, evidentemente, que antes ainda de ser apresentado este Programa de Governo, já várias forças com representação parlamentar anunciavam o seu desejo de o vir a inviabilizar, apresentando moções de rejeição. Não decorrendo certamente de qualquer exercício de presciência programática, essa intenção proclamada só pode presumir uma escolha prévia, tão radical quanto possível, no quadro formal do funcionamento democrático.



Discutindo-se o Programa do Governo nesta perspectiva, é a própria solução governativa que assim se discute também hoje e amanhã no Parlamento.

Bem sei que, para muitos, esta discussão é uma grande perda de tempo. Curiosamente, no seio dos que reclamavam publicamente contra a posse deste XX Governo

Constitucional por este representar uma tal perda de tempo, contam-se todos aqueles que apenas ontem conseguiram encontrar supostamente uma alternativa a este Programa e a este Governo, cujos termos políticos, segundo parece, só estarão aliás disponíveis após a conclusão deste debate.

Não perco por isso o ensejo para dizer que, para mim, nunca será uma perda de tempo dar expressão à escolha popular realizada em eleições e traduzida numa vontade de Governo que aqui se assume com coerência e dignidade. Podem, em todas as ocasiões, os representantes do povo decidir e escolher em sentido ulteriormente diferente do que fez o povo nas eleições, mas não será nunca certamente qualquer



perda de tempo mostrar respeito por essa escolha popular e assumir, com transparência e sem quaisquer subterfúgios, a responsabilidade de exercer escolhas diferentes, fundamentando-as e suportando-as no exercício do mandato parlamentar.

Tal como se afirma no Programa que agora apresentei, reafirmo que o Governo está ciente de que os Portugueses votaram pela estabilidade, pela responsabilidade e pela capacidade de compromisso entre as forças políticas que defendem a continuidade de Portugal na União Europeia e no Euro, que querem para Portugal um modelo de sociedade assente na dignidade da pessoa, numa economia social de mercado e na garantia de sustentabilidade e valorização dos seus recursos e do território.

E este é um Programa que concilia ambição e realismo. Um Programa consistente para a Legislatura, que deixa para trás a situação de emergência em que o País se encontrou e que avança com prudência e segurança na remoção progressiva



das medidas de carácter mais restritivo e aponta para a recuperação sustentada do rendimento e da economia.

Tal como todos os agentes políticos, também eu assumirei as minhas responsabilidades. Assumo a responsabilidade de uma política positiva, ao serviço dos Portugueses, da recuperação do País e da credibilidade nacional. Assumo a responsabilidade de não colaborar, e de me opor, a uma política negativa, de ruína de Portugal, em que os Portugueses são vistos como meros instrumentos de jogadas políticas de poder.

Cabe agora, a todos e a cada um nesta “Casa da Democracia”, assumir as suas responsabilidades políticas e democráticas.

Disse.